

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA OFERTA DE
TRABALHO PARA ENGENHEIROS MECÂNICOS EM ANÁPOLIS**

**MARCELO CUNHA FRANÇA
WANDRÉ SIQUEIRA MACHADO**

ANÁPOLIS
2014

**MARCELO CUNHA FRANÇA
WANDRÉ SIQUEIRA MACHADO**

**A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA OFERTA DE
TRABALHO PARA ENGENHEIROS MECÂNICOS EM ANÁPOLIS**

Artigo apresentado à coordenação da
Faculdade Católica de Anápolis para
obtenção do título de Especialista em Gestão
Pública sob orientação da Profa. Janáina T.
S. de Oliveira

ANÁPOLIS
2014

**MARCELO CUNHA FRANÇA
WANDRÉ SIQUEIRA MACHADO**

**A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA OFERTA DE TRABALHO PARA
ENGENHEIROS MECÂNICOS EM ANÁPOLIS**

Artigo apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis-GO, 30 de Julho de 2014.

APROVADA EM: _____ / _____ / _____ NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Janaína T. S. de Oliveira

Elaine Abrahão Amaral

Aracelly Rodrigues Loures Rangel

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA OFERTA DE TRABALHO PARA ENGENHEIROS MECÂNICOS EM ANÁPOLIS

Marcelo Cunha França ¹

Wandré Siqueira Machado ¹

Janaína T. S. de Oliveira ²

RESUMO: A oferta de emprego para determinada área profissional pode, dentre outros fatores, depender de políticas públicas adotadas pelos governos no exercício de suas obrigações. Este artigo objetivou identificar essas políticas que possam influenciar na oferta e na manutenção de vagas de emprego para profissionais de engenharia mecânica. Trata-se de um estudo documental, através do qual se pode perceber que tais políticas englobam uma série de ações, tais como: formação profissional, intermediação, qualificação e requalificação que tendem a melhorar a relação entre demanda e capacitação profissional. Sendo assim, identificou-se que a disponibilização de engenheiros de qualidade no mercado de trabalho e a existência de demanda por esses profissionais são elementos fundamentais de um percurso de desenvolvimento econômico baseado na inovação.

Palavras Chave: Políticas Públicas, Engenharia Mecânica, Ofertas de emprego.

INTRODUÇÃO

No mundo capitalista em que vivemos tudo se baseia na lei da oferta e da procura. Não se foge ao tema quando o assunto é emprego. Com inúmeros cidadãos entrando no mercado de trabalho todos os dias é preciso que se tenha empregos suficientes para todos. Mas há sempre uma intriga sobre este assunto: falta emprego ou falta profissional qualificado?

Um dos alicerces da oferta de emprego que se precisa sempre levar em conta são as políticas públicas traçadas pelos governos no exercício de suas

¹ Graduado em Engenharia Civil e Especializando em Gestão Pública pela Faculdade Católica de Anápolis- GO. email: marcelo.c.franca@caixa.gov.br, wandre.machado@hotmail.com.

² Bacharel e Mestre em Psicologia. email: psijtsilva@hotmail.com

obrigações. São várias as profissões que têm como base essas políticas. Para que se compreenda melhor a influência delas é preciso entender primeiro o que elas vêm a ser.

De acordo com Souza (2003), não existe uma única nem melhor definição para políticas públicas, mas há várias teorias que somadas, chegam a um simples conceito expresso por Dye (1984) que sucintamente descreve política pública como sendo o que o governo escolhe ou não fazer. Segundo Souza (2006), política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo de sociologia, da ciência política e da economia.

Há várias profissões no mercado hoje que são beneficiadas pelas políticas do governo, tais como a dos engenheiros civis. Por outro lado, os engenheiros mecânicos não tem valorização de sua profissão e não há qualquer política voltada para a manutenção deste emprego, tendo em vista as quantidades de vagas da Instituição de Ensino Superior (IES) ofertadas em Anápolis por ano.

Poucas são as políticas públicas efetivamente voltadas para a modernização da infraestrutura da cidade de Anápolis. O que se vê é tão somente a existência de políticas para suprir demandas habitacionais e de necessidades básicas, como tratamento de água e esgoto e pavimentação de vias. Há também aquelas que atendem a interesses de grandes corporações de petróleo, de concessões e também satisfazem os interesses eleitoreiros dos gestores públicos.

O governo deixa-se de investir em projetos de longo prazo que, apesar de não trazer resultados imediatos, colocariam a cidade de Anápolis entre as desenvolvidas do país em termos de infraestrutura, transporte, habitação e gerações de emprego. Além disso, om as atuais políticas públicas praticadas pela União, a situação pode se agravar ainda mais. Com as novas diretrizes do ensino superior, que passaram a permitir currículos mais flexíveis e curtos, o aluno ficaria menos tempo na faculdade e com a chance de um estudo mais voltado ao trabalho (DIMENSTEIN, 1999). Porém isso poderia levar a uma redução da qualidade dos profissionais

É necessário que se busque desenvolver políticas públicas voltadas para o crescimento industrial, tecnológico, de pesquisas e implantação de infraestrutura para transportes públicos multimodais, como veículos sobre trilhos e aeronaves de diversos portes.

Os engenheiros mecânicos projetam sistemas e conjuntos mecânicos, componentes, ferramentas e materiais, especificando limites de referência para cálculo, calculando e desenhando. Implementam atividades de manutenção, testam sistemas, conjuntos mecânicos e componentes, desenvolvem atividades de fabricação de produtos e elaboram documentação técnica. Podem coordenar e assessorar atividades técnicas (ANDRADE; SIQUEIRA; PRATES, 2012, p.8)

A profissão de Engenharia Mecânica é regida pela Lei Federal nº5.194 de 24/12/1966 onde constam as qualificações e atribuições dessa profissão. O profissional de engenharia mecânica deve ser capaz de responder às exigências atuais e às tendências futuras das indústrias, além de introduzir mudanças estruturais por sua capacidade analítica e criativa. Deve deter conhecimentos relacionados aos vários ramos das ciências físicas, químicas e da matemática, sendo capaz de conceber, projetar, construir e dar manutenção em máquinas e sistemas mecânicos, considerando aspectos econômicos, de gestão, de segurança e ambientais (BRASIL, 1966).

O presente estudo teve por objetivo geral identificar as políticas públicas que possam influenciar a oferta e manutenção de vagas de emprego para profissionais de engenharia mecânica que ingressarem no mercado de trabalho, provindo de IES da cidade de Anápolis-GO. E como objetivos específicos, fornecer material científico que sirva de reflexão para geração de emprego para profissionais de engenharia, além de proporcionar melhorias para a sociedade de forma geral.

Sendo assim, através deste artigo, procura-se relacionar a profissão de engenharia mecânica às políticas públicas que poderiam ser implementadas para que a oferta de emprego para essa categoria seja ampliada no município de Anápolis-GO. É uma tentativa de verificar se até onde é vantajoso para o município, para as instituições de ensino e principalmente para o setor produtivo industrial da cidade que, por força da lei, deveria manter em seu quadro de empregados, engenheiros mecânicos bem treinados e qualificados para o exercício da profissão.

Este artigo foi dividido em três partes. A primeira parte trata da introdução à temática que foi investigado. A segunda aborda as políticas públicas e geração de emprego; a engenharia mecânica e o mercado de trabalho. E a terceira parte trata-se da metodologia do projeto e considerações finais.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E GERAÇÃO DE EMPREGO

Para interligar políticas públicas e geração de emprego, define-se política pública como o campo de conhecimento que busca "colocar o Governo em ação" ou analisar essa ação e, se necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças na realidade (SOUZA, 2006).

Visto que a geração de empregos está diretamente ligada à vida dos cidadãos, dá-se ênfase à importância de políticas públicas para essa área.

As primeiras políticas focadas para o trabalho foram de assistencialismo, datadas da década de 60. Devido ao momento econômico, não era evenciada a necessidade de geração de emprego.

De acordo com o IPEA "...em um período em que a economia mundial vivia um surto de crescimento econômico sem precedentes, acreditava-se no Brasil que a melhoria das condições de vida da população seria consequência direta do crescimento econômico. O desemprego existente era entendido como uma imperfeição decorrente do baixo nível de desenvolvimento econômico que marcava o país. O predomínio dessa concepção parece explicar a quase ausência no Brasil de programas públicos de emprego e renda ainda no decorrer dos anos 1960 e 1970" (IPEA, 2009).

Apenas em 1975 foi criado o Sistema Nacional de Emprego (SINE) com objetivo de prover intermediação de serviços de mão de obra, orientação profissional, qualificação e geração de informações sobre o mercado de trabalho. Contudo, o SINE ficou restrito a fornecer informações e pouco eficiente na intermediação de trabalho (IPEA, 2006).

Em 1990, sob a ótica da constituição de 1988, foi publicada a lei 7.998/90 que " [...] também estendeu as atribuições do programa do seguro desemprego, que passou a ter por finalidades prover assistência financeira temporária ao desempregado e auxiliá-lo na busca de um novo emprego, podendo, para isso, promover a sua reciclagem profissional. Ou seja, pela primeira vez adotava-se uma concepção de seguro-desemprego que ia além do auxílio financeiro, incorporando também os serviços de intermediação de mão-de-obra e de qualificação profissional, nos termos dos sistemas adotados nos países desenvolvidos." (BRASIL, 1990).

Segundo Matias e Costa (2010), o papel das políticas de emprego pode ser o de orientar tanto a redução dos desajustes nas ocupações e rendimentos que ocorrem no plano nacional, regional e setorial quanto os problemas de qualificação

profissional, alocação de mão-de-obra, das condições e relações de trabalho, do tempo de trabalho, dentre outras.

Entretanto, as políticas públicas voltadas à geração de emprego andam em conjunto com as políticas macroeconômicas, com o bem estar social e com os sistemas produtivos.

O professor José Pastore, publicou um artigo em 13/09/95 que afirma o seguinte: "As tecnologias modernas são caras e se tornam obsoletas muito depressa – o que exige reposição. Os sistemas de proteção ambiental oneram bastante os investimentos empresariais. Juros reais na base de 25% anuais inviabilizam a grande maioria dos projetos. Encargos sociais de 102% sobre o salário desestimulam o emprego formal. A ampliação da nossa capacidade de gerar empregos depende, portanto, da superação desses obstáculos. Mesmo assim, muitos trabalhadores continuarão sendo atingidos pelo desemprego estrutural, decorrente da revolução tecnológica" (PASTORE, 1995, p.3).

As empresas estão cada vez mais mecanizadas e com altos índices tecnológicos, exigindo empregados bem preparados que gerem resultados. Isso inviabiliza o atual modelo que onera o empregador e estabiliza o empregado.

Políticas públicas eficientes devem estimular o crescimento sustentável, a redução de carga tributária, a possibilidade de contratação temporária desonerada, as melhorias de infraestrutura, a educação e a capacitação. O assistencialismo é necessário, mas não deve gerar uma zona de conforto que deixe o cidadão inerte, ocioso e dependente.

Em geral, com uma macro visão, todas as profissões são afetadas pelas políticas públicas. É uma ligação direta com a oferta de empregos. Se o mercado vai bem, têm-se empregos em todos os segmentos, se o mercado vai mal, há a necessidade de se reduzir o quadro de empregados, o que acaba por afetar toda uma sociedade.

2. ENGENHARIA MECÂNICA E O MERCADO DE TRABALHO

A engenharia mecânica preocupa-se em parte com os "elementos" força, material, fluido, energia, movimento e desenho. Os engenheiros mecânicos

inventam máquinas e estruturas que exploram esses elementos para servir a um propósito útil e resolver problemas (WICKERT, 2007).

O engenheiro mecânico atua em um segmento produtivo bem amplo, já que a atuação é diversificada, conforme as atribuições definidas por resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletromecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos. (UFGD, 2013).

Em razão da grande variedade de indústrias que empregam engenheiros mecânicos, a profissão não tem uma descrição que se adapte a todos os aspectos do trabalho do engenheiro mecânico. Cerca da metade de todas as posições ocupadas por engenheiros mecânicos estão relacionadas com o projeto e a fabricação de produtos consumíveis, máquinas industriais, equipamentos de transporte, equipamentos elétricos e componentes metálicos (WICKERT, 2007).

A tendência do mercado nos dias de hoje se baseia na valorização profissional com pós-graduação e cursos de especialização. Em média, para o exercício pleno das atividades, demanda-se uma experiência superior a cinco anos. Na indústria, são empregados principalmente nas funções de manutenção, fabricação e projetos, compondo equipe multidisciplinar sob a supervisão casual (ANDRADE; SIQUEIRA; PRATES, 2012).

O progresso do engenheiro mecânico na carreira depende de muitas habilidades, e as empresas dão muita ênfase à habilidade do engenheiro de demonstrar iniciativa ao lidar com designações de trabalho, de trabalhar independentemente, de achar respostas para os problemas que surgem ao longo do desenvolvimento de um projeto e aceitar responsabilidades adicionais com êxito (WICKERT, 2007).

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental em que os pesquisadores recorreram a materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Tais documentos foram utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem

seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do estudo (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A pesquisa se deu através de consulta em documentos e artigos científicos, de informações históricas de empregos na área pesquisada, de sites do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Sistema Nacional de Emprego (SINE/GO) e das ofertas de vagas em IES para formação de engenharia mecânica na última década.

Após a compilação dos dados, foram feitas análises comparativas do período de 2003 a 2007 demonstrando quais políticas influenciaram a oferta de cursos superiores de engenharia mecânica e quais influenciaram a manutenção de empregos nesta área. Além disto, foi feita uma análise a cerca de quais políticas poderão favorecer a manutenção destas vagas para tais profissionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Observatório Nacional do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica (apud RAIS/MTE, 2009), a ocupação dos profissionais engenheiros mecânicos no Estado de Goiás é muito expressiva e no período de 2003 a 2007, apresentou algumas oscilações referentes aos contratos formais. Em 2003, apresentou 208 trabalhadores sob contrato formal de trabalho. Em 2004, alcançou 289, regredindo em 2005 para 229 e em 2006 para 125 trabalhadores. A retomada de expansão de contratos formais de Engenheiros Mecânicos só ocorreu em 2007, quando alcançou 175 trabalhadores (Observatório Nacional Do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica (apud RAIS/MTE, 2009) 2013, p.6-7).

Os anos de 2003 e 2004 foram marcados por restrições das atividades econômicas no país, o que não impediu a expansão de contratações de engenheiros mecânicos pois estes chegaram a 289 contratos. No ano de 2006 e 2007 houve um expressivo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país e as contratações cresceram numericamente também. Porém não chegaram a alcançar os números de 2003, o que significa que essas oscilações no Estado não estão relacionadas diretamente ao comportamento da economia (OBSERVATÓRIO NACIONAL DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2013).

Quadro 1- Número de Engenheiros Mecânicos por Subsetores no Estado de Goiás no período de 2003 a 2007.

Subsetores	2003	2004	2005	2006	2007
Extrativa Mineral	12	9	10	15	18
Indústria de produtos minerais não metálicos	1	0	0	0	0
Indústria metalúrgica	6	5	10	9	9
Indústria mecânica	10	4	5	3	17
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0	3	0	0
Indústria do material de transporte	1	12	17	24	41
Indústria da madeira e do mobiliário	1	1	0	0	0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1	1	0	2	2
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas	1	3	3	3	2
Indústria química de produtos farmacêuticos veterinários, perfumaria ...	4	11	16	12	9
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1	1	1	1	1
Indústria de calçados	0	0	0	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	28	12	14	9	23
Serviços industriais de utilidade pública	1	1	6	6	9
Construção Civil	9	11	12	14	14
Comércio Varejista	4	4	6	5	6
Comércio atacadista	6	6	7	5	3
Instituições de Crédito, seguros e capitalização	0	0	0	0	1
Comércio e Administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos ...	2	7	10	6	7
Transporte e Comunicações	10	9	8	7	8
Serviços de Alojamento, alimentação, reparação, manutenção ...	2	1	3	2	2
Serviços médicos, veterinários e odontológicos	0	0	0	0	1
Ensino	0	0	0	0	0
Administração Pública direta e autárquica	108	190	97	0	0
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal ...	0	1	1	2	2
Total	208	289	229	125	175

Fonte: RAIS/MTE (2014).

Observa-se no Quadro 1 a grande expansão de engenheiros mecânicos na Indústria do Material e Transporte, que evoluiu de 1 (um) contratado para 41 no ano de 2007. Houve também uma pequena regressão nas contratações na Indústria de Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, que reduziu de 28 em 2003 para 23 em 2007. No subsector administração pública direta e autárquica houve uma drástica regressão de 108 em 2003 para 0 (zero) em 2007, fato este que deve estar

relacionado a problemas no banco de dados da RAIS/MTE. Nos demais subsetores expandiram ou regrediram de forma moderada.

Para Azeredo e Ramos (1995), na década de 90 houve uma necessidade de uma política governamental que atuasse diretamente sobre o mercado de trabalho visando maximizar a oferta de emprego, dada a restrição macroeconômica e o contexto institucional. Isso acabou se tornando uma tendência em todo mundo desenvolvido a partir de então, fazendo com que esta política estruturasse no que se convencionou denominar Sistema Público de Emprego.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilizações da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (TEIXEIRA, 2002, p.5).

Políticas Públicas que visam favorecer a oferta e manutenção de vagas englobam uma série de ações que tendem a elevar o nível de emprego, tais como:

- *Formação Profissional*: Essa é uma das políticas públicas ativas mais popular que se parte da suposição de que ao elevar a qualificação ou formação de um indivíduo, aumenta-se suas chances de emprego (RAMOS, 2003).

- *Intermediação*: Este tipo de ação engloba uma série de atividades que visam um ajuste entre a oferta e a demanda de trabalho mais fluído, como por exemplo, o levantamento de vagas oferecidas pelas indústrias. Visa gerenciar este banco de dados e por em contato a oferta e a demanda, dado que torna mais rápida a compatibilização entre os recursos humanos e o profissional (RAMOS, 2003).

- *Apoio aos Micro e Pequenos Empreendimentos*: O apoio e/ou ajuda aos pequenos empreendimentos podem abranger varias ações, que vão desde crédito dirigido até ao apoio para o desenvolvimento tecnológico, design, identificação de novos canais de comercialização, etc., e está vinculada à potencialidade em termos de geração de emprego, pois são as que mais empregam e sendo assim, ajudando em seu desenvolvimento, promove indiretamente a geração de novos empregos (RAMOS, 2003).

O financiamento da pequena empresa deve ser complementado por uma política de formação de recursos humanos que permita sua viabilização financeira e a sua integração ao setor moderno da economia, devendo assim existir uma política de cooperação entre os órgãos oficiais de crédito e o Sistema Público de Emprego

para que o financiamento e a formação sejam partes integrantes de um mesmo programa (AZEREDO; RAMOS, 1995).

-Qualificação e Requalificação: Se refere à flexibilidade ou inserção de conhecimentos que tornem o estudante e/ou profissional a exercer vários tipos de trabalho no meio produtivo. Este modelo forma trabalhadores e profissionais polivalentes. Tal organização curricular contribui para ampliação e agilidade do atendimento às necessidades das empresas (SOUZA, 2003).

A empregabilidade está relacionada à qualificação pessoal. As competências técnicas deverão estar associadas à capacidade de decisão, de adaptação a novas situações, de comunicação oral e escrita, de trabalho em equipe. O profissional será valorizado na medida da sua habilidade para estabelecer relações e de assumir liderança. Os principais grupos sociais da sociedade do conhecimento serão os 'trabalhadores do conhecimento', pessoas capazes de alocar conhecimentos para incrementar a produtividade e gerar inovação (SILVA; CUNHA, 2002).

Segundo o Observatório da Inovação e Competitividade (2013), houve um aumento na oferta de cursos de Engenharia (14% ao ano) no Centro-Oeste no período de 2001 a 2011, sendo o maior crescimento dos cursos oferecidos provindos de instituições públicas porém não tão significativas. Em 2011, as instituições privadas de ensino obteve maior número de acadêmicos matriculados (64%) e as instituições públicas somaram apenas 34% do total.

Políticas estas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e concede bolsas parciais e integrais em instituições privadas de ensino superior e o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007 e tem como objetivo congrega uma série de iniciativas para o aumento da oferta de ensino superior federal, como aumento de vagas, criação de vagas e obras de infraestrutura que será alcançado de acordo com as seguintes diretrizes: Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; Ampliação da mobilidade estudantil com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre as instituições, cursos e programas de educação superior; Revisão da estrutura acadêmica com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-

aprendizagem buscando a elevação da qualidade; Diversificação das mobilidades de graduação preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada; Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, Ministério da Educação, 2014).

Ambos os programas tiveram considerável impacto nos aumentos significativos de matrículas e vagas. Suas ações possuem efeitos em diferentes categorias administrativas, ou seja, pública e privada, porém nos dois programas federais houve um aumento do número de vagas como um ponto em comum. Cabe salientar também que o grande aumento no número de inscritos nas IES e na engenharia são reflexos positivos da consolidação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de avaliação para entrada na graduação por instituições tanto privadas como públicas. Sendo assim, percebe-se um grande avanço na questão do acesso ao ensino superior, tanto do ponto de vista de estrutura, com aumento de vagas, como no acesso, com a universalização do exame requerido para ingresso no ensino superior (Observatório da Inovação e Competitividade, 2013).

Quadro 2- Instituições que oferecem Cursos de Engenharia Mecânica no Estado de Goiás.

Instituição	Tipo	Funcionamento do curso	Vagas Autorizadas
Universidade Federal de Goiás- UFG	Pública	Em atividade	20
UniEvangélica	Privada	Em atividade	60
Faculdade Anhanguera de Anápolis	Privada	Em atividade	120
Universidade de Rio Verde- Fesurv	Privada	Em atividade	60
Instituto Federal Goiano- IFG	Pública	Em atividade	30
Faculdades ALFA	Privada	Em atividade	50

Fonte: INEP, 2014.

O mercado de trabalho se complica cada vez mais fazendo crescer o desemprego e o subemprego e é neste contexto que devem ser introduzidas novas mudanças no sistema educacional. É preciso que se invista na educação e na

profissionalização para que se mude a qualidade dos profissionais.

CONCLUSÃO

Através deste trabalho pode-se identificar que é preciso que se invista em políticas públicas que visem a favorecer a oferta e manutenção de vagas de emprego. Devem, elas, englobar uma série de ações que tendem a elevar o nível, não só do emprego, como do empregado. Dentre as atuais existentes, as que mais colaboram para o crescimento da oferta e da qualidade de emprego são: Formação Profissional, Intermediação, Apoio aos Micro e Pequenos Empreendimentos, Qualificação e Requalificação. E no que se refere a políticas públicas que influenciariam a oferta de cursos superiores, se destacam: PROUNI, REUNI e ENEM.

A disponibilização de engenheiros mecânicos de qualidade no mercado de trabalho e a existência de demanda por esses profissionais são elementos estruturais fundamentais de um percurso de desenvolvimento econômico baseado na inovação. Uma das principais funções deste profissional é a tradução de novas ideias. Além disso, não se pode ignorar a tendências do mercado em novos produtos e processos, constituindo-se, portanto, em um papel principal e fundamental de um ecossistema inovador.

É a partir da busca por inovações que surge o interesse especial na quantidade e qualidade dos engenheiros e engenheiras disponíveis no Brasil. Há uma necessidade em produzir dados e análises capazes de informar gestores públicos das áreas de inovação, educação ciência e tecnologia, gestores privados de empresas e em especial a própria comunidade de engenheiros sobre a história recente, a situação atual e os possíveis caminhos em termos de formação e inserção desses profissionais em nosso país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aldair Oliveira de; SIQUEIRA, Antonio Marcos de Oliveira; PRATES, Lucas Henrique Figueiredo. A formação do engenheiro e as demandas do mercado de trabalho. **Revista Cobenge** [S.l.]. 2012, pp.1-12. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2012/artigos/104229.pdf>

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. Políticas Públicas de Emprego: experiências e desafios. **Revista Planejamento e Políticas Públicas** [S.I.]. 1995, nº12, pp.92-116. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/142>

BRASIL. Lei Federal nº 5.194 de 24 de Dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 7.998 de 11 de Janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **INEP**. 2014. Disponível em:

<http://www.inep.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Educação. **PROUNI**. 2014. Disponível em:

<http://siteprouni.mec.gov.br/>

DIMENSTEIN, Gilberto. Ensino Superior cresce sem controle no país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1999, p.4. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff27049917.htm>

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. **Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall** [S.I.].1984.

IPEA. Brasil. O estado de uma Nação. Editor: Paulo Tafner. Rio de Janeiro, RJ: Ipea. 2006.

IPEA. Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Org. João Sicsú, Amando Castelar. Brasília, DF: Ipea, 2009, pp. 252.

MATIAS, Karla Cristinne de Oliveira; COSTA, Márcia da Silva. Políticas Públicas para geração de empregos: considerações sobre o proger turismo. **Revista Turismo Visão e Ação** [S.I.]. 2010, vol.12, n.1, pp.73-91. Disponível em:

<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/1083/1513>

OBSERVATÓRIO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE. **Tendências e Perspectivas da Engenharia no Brasil**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Observatório da Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PASTORE, José. Como gerar mais empregos? Jornal O Estado de São Paulo [S.I.]. 1995. Disponível em: http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_046.htm

RAMOS, Carlos Alberto. Políticas de Geração de Emprego e Renda Justificativas Teóricas, Contexto Histórico e Experiência Brasileira. **Série Textos para Discussão** [S.I.]. 2003, nº277, pp.1-31. Disponível em:

http://mpes.mp.br/anexos/centros_apoio/arquivos/11_206217149852009_gera%C3%A7%C3%A3o%20de%20emprego%20e%20renda%20Bras%C3%ADlia.pdf

SILVA, Jackson Ronie Sá-; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Histórias & Ciências Sociais** [S.l.]. 2009, ano 1, n.1, pp.1-15. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf

SILVA, Edna Lúcia da; CUNHA, Miriam Vieira da. A formação profissional do século XXI: desafios e dilemas. *Revista Ci. Inf* [S.l.]. 2002, n.3, v.31, pp.77-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a08v31n3.pdf>

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias** [S.l.]. 2006, v.8, n.16, pp,20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

SOUZA, Nilda Rodrigues. Relação Trabalho e Educação: o impacto das reformas políticas na educação profissional [S.l.]. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/nildarodriguesdesouza.pdf>

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Políticas Públicas- O papel das Políticas Públicas** [S.l.]. 2002, pp.1-11. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>

UFGD. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica/ FAEN/ UFGD. **Universidade Federal da Grande Dourados**, 2013. Dourados, MS.

WICKERT, Jonathan. Introdução à engenharia mecânica. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2007, 2ª ed.

ABSTRACT: The jobs opportunity for specific occupational area may, among other factors, depend on public policies adopted by governments in the exercise of their duties. This article aimed to identify those policies that may influence the supply and maintenance of job vacancies for mechanical engineering professionals. This is a documentary study, through which one can realize that such policies involve a series of actions, such as vocational training, mediation, training and retraining that tend to improve the relationship between demand and job training. Thus, it was identified that the provision of quality engineers in the labor market and the existence of demand for these professionals are essential elements of a path of economic development based on innovation.

Keywords: Public Policy, Mechanical Engineering, Job Offers.